

Ações contra cigarro são insuficientes e consumo chega a R\$ 577 milhões este ano

George Garcia

Ações de conscientização, campanhas e oferta de tratamentos para quem quer parar de fumar não são suficientes para frear o consumo do produto que contribui para inúmeras doenças respiratórias, cardíacas e está intimamente ligado a vários tipos de câncer. No Dia Nacional de Combate ao Fumo, que é nesta terça-feira (29/08), há pouco que comemorar. No ABC o consumo de produtos ligados ao vício de fumar aumenta 2,8% entre 2022 e este ano, segundo estudo do IPC Maps, e os gastos dos fumantes devem ultrapassar os R\$ 577,5 milhões somente na região.

Uma das medidas tomadas nos últimos anos, foi a restrição dos locais onde antes era permitido fumar. No Estado, desde 2009, áreas de uso comum, como condomínios, e em estabelecimentos comerciais, principalmente bares e restaurantes é proibido fumar. Para o médico pneumologista e colaborador do Grupo de Estudo e Pesquisa Respiratória na Atenção Primária de Saúde (Geprops) do Centro Universitário FMABC (Faculdade de Medicina do ABC), Victor Hugo Martins, as leis e os serviços públicos ajudam, mas não são suficientes. “Podemos sem dúvida comemorar inúmeras práticas do governo como as equipes de tabagismo e a proibição da venda dos cigarros eletrônicos. Porém, ainda precisamos de campanhas mais fortes e incisivas para mostrar tudo que o cigarro causa e principalmente que aqueles que querem parar com ele devem sim procurar ajuda e tirar essa ideia errada que é apenas questão de força de vontade, o usuário deve sim procurar ajuda”, sustenta.

Martins explica que duas, entre as três principais causas de morte no mundo, estão relacionadas ao cigarro. “Temos duas doenças bem conhecidas e pouco faladas, o câncer de pulmão, o câncer mais comum no mundo como sua principal causa o tabagismo e temos o DPOC (conhecido popularmente como enfisema) que é a terceira causa de morte no mundo. Isso nos mostra o quanto o cigarro mata todos os dias”, diz o médico. Ele diz também que percebe o aumento do uso do cigarro. “Infelizmente continuamos vendo o aumento do tabagismo, principalmente com a introdução dos chamados cigarros eletrônicos, que causam tanta lesão quanto o

tabaco e tem sido cada vez mais usado por jovens e adolescentes”.

A percepção do médico é amparada na pesquisa do IPC Maps, que mostra que este ano os gastos das pessoas com o cigarro ficarão 2,8% acima do ano passado. Em 2022 o instituto estima que os consumidores gastaram R\$ 562 milhões com produtos relacionados ao fumo, para este ano a expectativa é que os gastos alcancem R\$ 577 milhões. Neste cálculo são levadas em conta as despesas com cigarros, charutos, fumo para cachimbo, fumo para cigarros e outros artigos para fumantes como fósforos e isqueiros. Os números apesar de estarem em crescimento, subiram menos que os indicadores nacionais, onde a variação de um ano para outro salta 4,4%. Em todo país devem ser gastos este ano R\$ 26,6 bilhões neste tipo de produto.

Um dos itens mais controversos nesta gama de produtos é o cigarro eletrônico que foi proibido pela Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária). A fiscalização deficiente, no entanto faz chegar ao mercado de forma clandestina muitos destes produtos. Para Martins, o cigarro eletrônico faz mais mal que o tradicional. “Está bem provado que, além de causar tanta lesão quanto um cigarro normal, por ser muitas vezes sem o cheiro de tabaco e fácil de esconder, seus usuários fazem uso dele em maior quantidade do que fariam se fumassem o tabaco. Além disso pode causar uma lesão chamada Evali, que leva o paciente a uma insuficiência respiratória rápida e na maioria das vezes mortal ou deixando sequelas”, alerta o pneumologista.

O narguilé é outro tipo de fumo, muito comum em casas noturnas e tabacarias. Seus produtos e essências são vendidos livremente, alguns importados que chegam sem controle das autoridades sanitárias brasileiras. Para Hugo Martins, esse produto é muito mais prejudicial à saúde. “Tão perigoso quanto o tabaco, o narguilé, em cada sessão equivale a ao menos um maço de cigarros, algo importante para as pessoas entenderem é que fumar narguilé é o mesmo que fumar o tabaco”.

Por fim o médico considera que muito ainda há de ser feito como estratégia de combate ao fumo. “Sim, infelizmente o cigarro é um problema sério de saúde pública. Temos associações e grupos que tentam ajudar o governo nessa luta. Se considerarmos as maiores causa de morte, doenças cardiovasculares, doenças pulmonares e câncer, vai ver que o cigarro está associado à todas elas. Porém, o cigarro continua fazendo inúmeras vítimas todo o ano”, completa.

Prefeituras

As prefeituras informam que fazem ações regulares e que oferecem tratamento para quem quer parar de fumar. As cidades também falam de fiscalização nas tabacarias em busca de produtos irregulares.

Em Rio Grande da Serra, a prefeitura temo Projeto Antitabaco. “Mensalmente os técnicos das Vigilâncias Municipal e Estadual, realizam visitas em estabelecimentos comerciais, públicos, feiras livres, festas de rua, orientando os comerciantes sobre a lei Estadual 13.541 de 07 de maio de 2009, onde fala que é proibido fumar em ambiente fechado. Esclarecemos que os Departamentos de Atenção Básica e Vigilância a Saúde, estão realizando formação do Grupo de Trabalho Antitabagismo, com o objetivo em motivar fumantes a deixarem de fumar. Estando este, em formação completa, haverá encontros semanais com a realização de atendimento clínico e psicológico, bem como, orientações sobre o uso de medicação para garantir um apoio na fase inicial da abstinência, quando os riscos de recaída são maiores. Assim que houver a formação do grupo antitabagismo serão fornecidas as medicações aos fumantes que seguirão com o tratamento e terapia oferecidas pelo Sistema Único de Saúde”, diz a administração, em nota. A cidade diz que não tem o cálculo de quantas pessoas são internadas todos os meses por doenças relacionadas ao cigarro.

O Programa de Controle do Tabagismo da prefeitura de São Caetano está sendo descentralizado para as unidades da rede de atenção básica. “Este ano, seguindo meta do Plano Municipal de Saúde 2022-2025, vem sendo executado nas 12 unidades básicas de saúde, além do CAPS-AD que fica com os casos mais graves, refratários e/ou com uso de multsubstâncias. Cada grupo nas UBS tem em torno de 12-20 usuários que ficam no mínimo 4 semanas em acompanhamento (consultas individuais de médico, enfermeiro e profissional da equipe multiprofissional e grupos de educação em saúde). O fornecimento do medicamento é realizado pelo Estado e este é responsável em manter os estoques abastecidos. Na ótica de promoção à saúde. Aos casos de complicações decorrentes do uso de tabaco, a rede de saúde conta, além do acompanhamento clínico pela equipe da Atenção Primária, com médicos pneumologistas na rede especializada, e eventualmente a rede hospitalar para internações. Para casos crônicos graves há a dispensação de oxigênio e atendimento domiciliar oferecido pelo Serviço de Atenção Domiciliar”, diz a prefeitura que tem feito fiscalização nos comércios. “A fiscalização é realizada periodicamente, na última semana foram realizadas 5 inspeções em tabacarias. Até o momento não houve multa em estabelecimentos”, detalha nota da administração sancaetanense.

Ribeirão Pires informou que não terá uma programação específica para o Dia Nacional de Combate ao Fumo, mas na cidade há política pública de tratamento.

“A Prefeitura de Ribeirão Pires, por meio da Secretaria de Saúde, informa que atualmente a cidade conta com o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), que atende pacientes graves e persistentes. A porta de entrada é a unidade de saúde que avalia o caso e vê a necessidade de encaminhamento para o CAPS. Há medicamentos disponíveis através no CAPS”, explica a prefeitura. A cidade diz que aperta a fiscalização nos estabelecimentos comerciais. “As fiscalizações para coibir a venda de cigarros eletrônicos são realizadas junto às fiscalizações da campanha É proibido fumar em ambientes fechados e Álcool para menores é proibido, cuja frequência aproximada é seis vezes ao mês. No mês de julho/23 a Vigilância Sanitária de Ribeirão Pires realizou reunião com proprietários de adegas e tabacarias da cidade, reforçando a orientação da proibição da comercialização de dispositivos eletrônicos fumígenos, os cigarros eletrônicos. Até a presente data a equipe não encontrou cigarros eletrônicos nas fiscalizações realizada”, diz nota da prefeitura.

Rede pública de São Bernardo tem 25 mil cadastros de fumantes e cidade reforça fiscalização

Em São Bernardo o Programa Municipal de Combate ao Tabagismo está nas 33 Unidades Básicas de Saúde. O tratamento é gratuito à população, com abordagem em grupo e individual, focando aspectos psicológicos, químicos e sociais dos pacientes, de forma a garantir maiores chances de ficar livre do vício do cigarro. A discussão sobre os malefícios do cigarro eletrônico também foi inserida no programa. Em média, cerca de 120 pacientes por semestre conseguem deixar de fumar, com participação nas atividades em grupo. Como forma de prevenção, os mesmos profissionais que realizam o trabalho com os pacientes nas UBSs fazem palestras nas escolas municipais e ações em próprios públicos, como praças e parques. A fiscalização ocorre por meio da Campanha da Lei Antifumo (Lei 13541/09). Até o momento, duas autuações foram realizadas com interdição de cigarros eletrônicos e produtos fumígenos sem registro no Ministério da Saúde. Aproximadamente 25 mil pessoas se autodeclararam fumantes na rede municipal”.

Santo André faz planejamento para a data

Em comemoração à data, a Secretaria de Saúde de Santo André iniciou no mês de agosto de 2023 o planejamento para implementação de programa que realizará exames de espirometria de acordo com a solicitação das unidades básicas de saúde, associado a programas de capacitação de médicos, fisioterapeutas,

farmacêuticos, nutricionistas, enfermeiros e agentes comunitários de saúde.

Na cidade 27 Unidades Básicas de Saúde estão credenciadas no Programa Estadual de Controle do Tabagismo, sendo que nessas Unidades há profissionais (médicos, enfermeiros e farmacêuticos), os quais fizeram o Curso de Abordagem ao Tabagista. “O programa tem como objetivo geral reduzir a prevalência de fumantes e, conseqüentemente, a mortalidade relacionada ao consumo de derivados do tabaco. O tratamento inclui a avaliação clínica, abordagem intensiva, individual ou em grupo e, se necessário, terapia medicamentosa. Seguimos o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas do Tabagismo (PCDT) que é um documento oficial do SUS. Os medicamentos disponibilizados pelo Ministério da Saúde para o tratamento do tabagismo na rede do SUS são os seguintes: terapia de reposição de nicotina (adesivo transdérmico e goma de mascar) e o cloridrato de bupropiona”, explicou a prefeitura, em nota.

Diadema leva atendimento descentralizado para 14 unidades de saúde

Diadema promove grupos de Cessação de Tabagismo em 14 das 20 Unidades Básicas de Saúde (UBSs). São elas: ABC, Canhema, Casa Grande, Conceição, Eldorado, Inamar, Paineiras, Real, Reid, Ruyce, Promissão, São José e Serraria. Segundo a administração, nas demais unidades os grupos estão em organização, mas já acolhem a população para articular o cuidado com a Unidade de referência. Atualmente, 58 pacientes são acompanhados pelos grupos na rede municipal. Diadema conta com 22.320 pessoas que se autodeclararam como fumantes no cadastro individual do E-SUS.

“O Programa Municipal de Controle ao Tabagismo oferta cuidado multidisciplinar envolvendo profissionais ligados à Estratégia de Saúde da Família (ESF) como médicos, psicólogos, farmacêuticos e cirurgião dentista, entre outros. Para quem precisa de medicamentos, de acordo com a avaliação médica, os insumos são disponibilizados ao município pela Secretaria do Estado da Saúde”, explica a prefeitura, em nota.

Irregularidades

Em relação à fiscalização, a Vigilância Sanitária e em parceria com o Governo do Estado, promove ações de fiscalização em estabelecidos variados, inclusive nas tabacarias do município. “Até o momento, foi constatada a venda irregular desse

item em cinco estabelecimentos, sendo que os materiais foram segregados e os comerciantes reorientados sobre a proibição da venda. No dia 29 de junho deste ano, foi realizada uma reunião entre representantes do Estado, do município e os comerciantes locais para orientar sobre a legislação vigente e as fiscalizações. Não houve, até o momento, aplicação de multa”, completa a administração diademense.

A prefeitura de Mauá não respondeu.

<https://www.reporterdiario.com.br/noticia/3308467/acoes-contracigarro-sao-insuficientes-e-consumo-chega-a-r-577-milhoes-este-ano/>

Veículo: Online -> Site -> Site Repórter Diário

Seção: Saúde